

# entre textos

# entre textos

32

Revisitar o passado da língua portuguesa para  
melhor compreender o presente

**Maria Manuel Calvet Ricardo**

Novembro de 2010

UNIVERSIDADE LUSÓFONA  
| Instituto de Ciências da Educação



**Maria Manuel Calvet Ricardo**  
Investigadora do CeiEF

## **Revisitar o passado da língua portuguesa para melhor compreender o presente**

### **Resumo**

As questões que se podem colocar no século XXI, no momento em que, após muitos convénios e vicissitudes, nos preparamos para implementar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa aprovado em Lisboa em 1990, ratificado pela Assembleia da República e promulgado pelo Presidente da República em 2008, são de carácter histórico e político-económico.

Através dos documentos e textos de referência ou literários que constituem o património da língua portuguesa compreenderemos melhor as tomadas de posição formais e informais sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** AOLP; textos históricos

## **Revisiting the past of Portuguese language to better understand the present**

### **Abstract**

The issues that can arise in the twenty-first century, after many vicissitudes and arrangements, when we are preparing to implement the Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adopted in Lisbon in 1990, ratified by Parliament and promulgated by the President in 2008, are of historical and political-economic reasons.

Through the documents and reference or literary texts, which form the Portuguese heritage, we can better understand the formal and informal positions taken on Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

**Keywords:** AOLP; historical texts.

“A questão da *unidade* e da *diversidade* da língua portuguesa é uma questão fascinante pelas várias vertentes em que pode ser encarada, pela interdisciplinaridade que supõe e pela consciência que nos dá de pertencermos a um mundo que ultrapassa as nossas fronteiras e se estende por vários continentes” (Mateus, 2002).

As questões que se podem colocar no século XXI, no momento em que, após muitos convénios e vicissitudes<sup>1</sup>, nos preparamos para implementar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa aprovado em Lisboa em 1990, ratificado pela Assembleia da República e promulgado pelo Presidente da República em 2008, mas cujos documentos de ratificação só foram depositados no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 13 de Setembro de 2010, segundo o aviso 255/20, publicado no Diário da República em 17 de Setembro de 2010, são de carácter histórico e político-económico.

Do ponto de vista histórico e segundo Ana Maria Martins (Rosa Virgínia Mattos e Silva, 2008), teremos de recuar a 1175, ao texto *Notícia de fiadores* (Anexo 1.), uma carta de doação de herdades, para fixarmos a data do documento até agora considerado o mais antigo texto em língua portuguesa. No entanto, esta afirmação não é aceite por todos os estudiosos, pois, para muitos, o *Testamento de D. Afonso II*, de 1214 (Anexo 2.), e a *Notícia de Torto*, que se datava de 1211 e presentemente é situada entre c. 1214 e 1216 (Anexo 2.), são, estes sim, os mais antigos textos em português, sendo o primeiro um documento oficial e o segundo um documento particular.

E não devemos esquecer os textos em prosa ou poesia que igualmente contribuíram para a procura da identidade da língua portuguesa. Refiro-me ao *Leal Conselheiro*, compilado por D. Duarte, por volta de 1438, e que Oliveira Martins (Esperança Cardeira, 2005, p.19) diz ser “um dos diplomas iniciais para a história da língua portuguesa”, nem a lírica do cancionero profano de 1196-1350 nem ainda, o *Cancioneiro da Ajuda* do século XIII, ou o *Cancioneiro de Resende* dos séculos XV-XVI.

Impõe-se, além disso, ter presente a contribuição dada pelos romances de cavalaria do século XV, com uma forte produção por parte da classe nobre, para a maturidade da língua portuguesa.

O que, todavia, interessa, aqui e agora, é estabelecer balizas para melhor compreendermos em que momento a língua portuguesa começa a ter uma identidade própria e como evoluiu.

---

<sup>1</sup> Ver o artigo “Breve história do acordo ortográfico”, de Maria Manuel Calvet Ricardo, *Revista Lusófona de Educação*, 13, 173-180.

Muitos historiadores da língua portuguesa, entre eles, Leite de Vasconcellos, Carolina Micaelis de Vasconcelos e Lindley Cintra, para citar os mais relevantes, não concordam, entre si, no que se refere às fases da evolução da língua portuguesa desde 1200 e de 1350 à publicação de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em 1572 (Rosa Virgínia Mattos e Silva, 2008).

O facto é que este período, de 1200 a 1500, denominado de arcaico ou antigo, por Leite de Vasconcellos, de trovadoresco e nacional, por Carolina Micaelis de Vasconcelos, e de antigo e médio, por Lindley Cintra, termina com a publicação de documentos e textos que dão início ao português clássico ou moderno.

Foram, aliás, estes textos os quais alteraram em todos os níveis, a cultura portuguesa, no século XVI, que puseram de acordo os historiadores da língua portuguesa, quanto à denominação do período então iniciado como clássico ou moderno. São eles a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, do monge Fernão de Oliveira, editada em Lisboa, em 1536, a *Cartinha, Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, de 1539-1540, que tem apenas a primeira proposta ortográfica para o português, a representação do último auto de Gil Vicente, a *Floresta de Enganos*, de 1536, a transferência da Universidade Portuguesa, definitivamente em 1537, por ordem de D. João III, para Coimbra, a qual fora criada em Lisboa, em 1 de Março de 1290, por D. Dinis, e a publicação de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em 1572.

E contribuiu em muito para a divulgação da nossa língua a chegada a Portugal, no final do século XV, da imprensa, nascida na Alemanha em 1440.

Até ao século XVI, Portugal tinha estabelecido a sua identidade nacional através da língua e politicamente, através do reconhecimento como país independente, em 1143, pelo Tratado de Zamora. Outros factos relevantes foram a revolução de 1383-1385, o tratado de paz com Castela, em 1411, e o início da expansão marítima, cujas raízes se situam no reinado de D. Dinis, com o lançamento dos fundamentos de uma frota naval, mas que historicamente está associada à conquista de Ceuta, em 1415, e à expansão que termina com a descoberta do Brasil, em 1500.

É neste contexto que Esperança Carneira (2005, p. 22) afirma: “É neste espaço homogeneizado pelo Repovoamento \_ e, especialmente na área urbana \_ que se vai formar o conceito histórico da *nação* e, portanto, o conceito histórico de *idioma nacional*”.

Chegados aqui, importa dizer que, durante a Idade Média, a ortografia da língua portuguesa obedecia a um critério fonético, ainda que o mesmo fosse frequentemente representado de

formas diferentes. A partir do início do século XVI, porém, registou-se uma clara evolução no sentido da construção etimológica das palavras, multiplicando-se, na nova grafia, as consoantes dobradas e o y. E assim se escreveria em português até 1911, quando, por força da reforma de Gonçalves Viana se regressou ao critério fonético, o mesmo que inspira o Acordo Ortográfico de 1990.

Mas voltemos ao período conturbado da ocupação espanhola, entre 1580 e 1640, em que a língua portuguesa precisou de se afirmar em face do castelhano. Consciente dessa necessidade, João Franco Barreto, publica, em 1671, a *Ortografia da Língua Portuguesa*, obra em que, numa primeira parte, se debruça sobre: Que cousa he Ortografia, [e] de que consta; Que[m] foy o inventor das letras; Se a lingua Portugueza foy uma das setenta [e] duas; Se e[m] Portugal foy vulgar a Lingua Latina; Das partes da vulgar lingua.

Trata-se de uma obra quase exaustiva, cujo aparecimento só se compreende no quadro político em que Portugal vivia. João Franco Barreto nasceu em 1600, durante a ocupação espanhola, e assistira a todo o processo da Restauração da nacionalidade. Não surpreende, por isso, que tenha sentido carecer a língua portuguesa de ser definitivamente fixada e de ganhar autonomia.

Surgem, depois, outras publicações importantes:

O primeiro dicionário, *Vocabulário Portuguez e Latino*, escrito pelo padre Raphael Bluteau é editado em 1712.

Mais tarde, em 1739, João Moraes Madureira Feijó, publica *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza* para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens, livro impresso em Lisboa, na Regia Officina Typografica, em 1781.

Espalhada por todos os continentes a partir do século XVI e até ao século XIX, a língua portuguesa torna-se o meio de comunicação privilegiado entre inúmeros povos adaptando-se às diferentes culturas, sem perder a individualidade e a coesão interna. Adquire, então, o estatuto de língua franca.

O português, como língua de expansão, era falado de forma natural, nas relações comerciais, mas, no caso do Brasil, foi língua de subjugação cultural (Maria Helena Mira Mateus, 2002, p. 16), a partir do momento em que o Marquês de Pombal a impôs em substituição das línguas índias e africanas maioritárias na época.

Quanto às colónias africanas e asiáticas, logo que os movimentos independentistas iniciaram a luta de libertação, foi imposto à língua portuguesa o desempenho ali, do papel de

impulsionadora da unidade nacional. Nestas antigas colónias, o uso do português revelou-se uma opção política.

No caso do Brasil, cuja independência se deu em 1822, passou a ser língua de tradição, tal como afirma Maria Helena Mira Mateus,

No caso de Portugal e do Brasil, não se tratando de uma afirmação de independência, como encarar a relação dos portugueses e dos brasileiros com a língua materna? Na borda do Oceano Atlântico existe um pequeno país cujas fronteiras são as mais antigas da Europa; na América do Sul, a maior área nacional tem já um razoável percurso histórico no interior do continente americano. Nestes dois espaços se fala uma língua que, de norte a sul, não apresenta notáveis variações. Essa *língua de tradição* é um repositório de esquecidas memórias e os povos que a falam reconhecem-na como parte do seu património, ao lado dos monumentos, das artes e ofícios, da música. Este 'bem querer' à língua materna é para nós, no presente, movimento de coração: nem arma de combate, nem bandeira de unidade, nem instrumento de imposição cultural, mas apenas, e até ao mais fundo de nós mesmos, o principal apoio para a construção do mundo individual e social (2002, p. 17).

**Pergunta-se, agora, por que motivo se considera necessário um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, se, até à data, sempre comunicámos com os mais diferentes povos e culturas?**

Difícilmente se consegue responder sem recorrer a razões históricas ou a razões de ordem política e económica.

Como tema controverso que sempre foi, muitas vezes se têm levantado a favor e contra o Acordo Ortográfico. Numa passagem rápida pelas mais representativas, salientamos, para além dos investigadores/legisladores, Malaca Casteleiro que afirmou em Bragança, em 2007, no Congresso da Lusofonia: «Eu creio que há aqui um medo estúpido de que o Brasil, através da ortografia, reconquiste os países africanos de língua portuguesa e os leve para o seu lado, o que é completamente descabido e mau para a língua portuguesa».

Malaca Casteleiro entende que Portugal está a desperdiçar um potencial de quase duzentos milhões de falantes - no Brasil - para a difusão da língua portuguesa no mundo, designadamente, através deste país que, além do elevado número de habitantes, «tem uma literatura potentíssima, é um potentado económico e tem uma capacidade de difusão cultural magnífica».

Em vez do «receio deste domínio», o linguista entende, referindo-se ao Acordo Ortográfico de 1990, que Portugal devia aproveitar esta potencialidade e implementar, de uma vez por todas, um projecto de que há muito se fala no seio da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Dir-se-ia que Malaca Casteleiro não nega razão ao escritor Vasco Graça Moura para quem o acordo estabelecido entre Portugal e o Brasil é um *diktat* neo colonial, em que o mais forte (Brasil) impõe a sua vontade ao mais fraco (Portugal), a fim de facilitar a entrada das editoras brasileiras nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Evanildo Bechara, académico e gramático brasileiro, dirigindo-se, por seu turno, aos opositores do Acordo Ortográfico de 1990, em Lagoa, S. Miguel, Açores, no dia 11 de Maio de 2008, afirma,

As falhas que se podem apontar no Acordo Ortográfico, facilmente sanáveis, não devem impedir que a língua escrita portuguesa perca a oportunidade de se inscrever no rol daquelas que conseguiram unificação no seu sistema de grafar as palavras, numa demonstração de consciência da política do idioma e de maturidade na defesa, difusão e ilustração da língua da lusofonia.

Do lado oposto, recuemos a 1937, data em que António Sérgio, nos Cadernos da «SEARA NOVA», Estudos Pedagógicos, escreve *Em torno do problema da “língua brasileira” Palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a um estudante brasileiro seu amigo*<sup>2</sup>. Neste ensaio, publicado quando ainda se discutia o acordo de 1931 que, no entanto, não passaria do papel, Sérgio afirma,

não haverá, nesse caso, uma língua única de brasileiros e uma língua única de portugueses, mas várias línguas brasileiras faladas e várias línguas portuguesas faladas, - e, ao lado dessas, uma língua luso-brasileira escrita (Sérgio, 1931).

E Thaís Nicoletti de Camargo, no jornal *Folha de S. Paulo*, a 22 de Abril de 2009, escreve:

A ideia de unificação, que produziu um discurso politicamente positivo em torno do assunto, além de não ter utilidade prática, gera vultoso gasto de energia e de recursos, que bem poderiam ser empregados no estímulo à educação e à cultura.

E mais adiante,

Sem um objetivo claro e com severas implicações financeiras, a reforma ortográfica apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância nos critérios de regularização.

---

<sup>2</sup> Veja-se o texto “O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - Breve abordagem do ensaio de António Sérgio *Em Torno do problema da “Língua Brasileira”*”, de Maria Manuel Calvet Ricardo, apresentado em Bragança em 2009, no VIII Colóquio Anual da Lusofonia.

Fica a incômoda impressão de que os custos serão bem maiores que os supostos benefícios.

Finalmente, Sophia de Mello Breyner Andresen, na *Obra Poética III, O Nome das Coisas*, dá o seu testemunho, em texto poético:

*COM FÚRIA E RAIVA*

Com fúria e raiva acuso o demagogo  
E o seu capitalismo das palavras

Pois é preciso saber que a palavra é sagrada  
Que de longe muito longe um povo a trouxe  
E nela pôs sua alma confiada

De longe muito longe desde o início  
O homem soube de si pela palavra  
E nomeou a pedra a flor a água  
E tudo emergiu porque ele disse

Com fúria e raiva acuso o demagogo  
Que se promove à sombra da palavra  
E da palavra faz poder e jogo  
E transforma as palavras em moeda  
Como se fez com o trigo e com a terra (Andresen, 1997, pp.199 – 210- texto escrito em Junho de 1974).

Por isto, impõe-se perguntar: Quem responde às questões que permanecem?

Um texto com tantas imprecisões, erros e ambiguidades tem condições para passar à prática?

Como aceitar a supressão da acentuação, bem como das impropriamente chamadas consoantes “mudas” – muitas das quais se lêem ou têm valor etimológico indispensável à boa compreensão das palavras?

Por que razão o carácter facultativo que se prevê em numerosos casos de duplas grafias?

Como integrar as palavras de outras línguas dos PALOP, de Timor e de outras zonas do mundo onde se fala o Português, na grafia da língua portuguesa?

E cito, de novo, o polémico Vasco Graça Moura (1999):

Não se conhece nenhum caso na História do Mundo em que a unidade de uma língua se tenha defendido com um acordo ortográfico. Uma língua defende-se com uma política de língua e com uma política de cultura. Onde estas faltarem não há acordo que possa valer nem aos académicos, nem aos negociadores, e, muito menos, aos responsáveis.

## **Bibliografia**

- AAVV (2008). *Manifesto, em defesa da língua portuguesa, Contra o Acordo Ortográfico 2 Maio*.
- Andresen, S. de M. B. (1997). *Obra Poética III- O Nome das Coisas*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cardeira, E. (2005). *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: INCM.
- Mateus, M. H. M. (2002). *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Martins, M. H. M. (2002). *A face exposta da língua portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Moura, V. G. (1999). “Agaja Deus”. *Novo Acordo Ortográfico. Afinal o que vai mudar*. Lisboa: Texto Editora.
- Ricardo, M. M. C. (2009a). Breve história do acordo ortográfico, *Revista Lusófona de Educação*, 13, 173-180.
- Ricardo, M. M. C. (2009b). O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - Breve abordagem do ensaio de António Sérgio “Em Torno do problema da “Língua Brasileira”. *Actas do VIII Colóquio Anual da Lusofonia*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança. ISBN: 978-939-95891-31.
- Silva, R. V. M. e (2008). *O português arcaico, uma aproximação*. Lisboa: INCM.

## Anexos

### 1. Notícia de Fiadores.



**1175**

Notícia de fiadores discriminando dívidas de Pelagio Romeu.

**linha 1**

Notícia fecit pelagio romeu de fiadores Stephano pelaiz. xx<sup>i</sup>. solidos lecton. xx<sup>i</sup>. soldos pelai garcia xx<sup>i</sup>. soldos. Gūdisaluo M(enen)dici. xx<sup>i</sup>. soldos

**linha 2**

Egeas anriquici . xxx<sup>ta</sup>. soldos. petro cōlaco. x. soldos. Gūdisaluo anriquici. xxx<sup>ta</sup> s(o)ld(o)s Egeas Moníci. xx<sup>ti</sup>. soldos il-Iho(a)ne suarici. xxx. ta soldos

**linha 3**

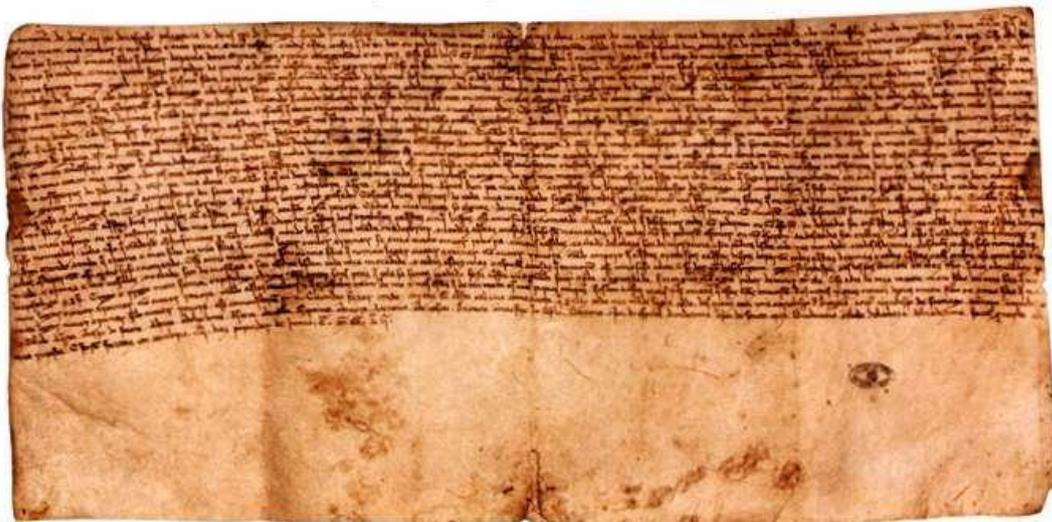
M(enen)do garcia. xx<sup>ti</sup> soldos. petro suarici. xx<sup>ti</sup>. soldos ER(a) Ma. CCaa xiii<sup>tia</sup> Istos fiadores atan. v. annos que se partia de isto male q(ue) li avem

**LEGENDA**

[ ] significa conjectura do editor  
( ) significa desenvolvimento de abreviatura

In, IAN/TT

### 2. Testamento de D. Afonso II, 27 Junho 1214



linha 1

En'o nome de Deus. Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, sendo sano e

saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma e a proe de mia molier raina dona Orraca e de me(us) filios e de me(us) uassalos e de todo meu reino fiz mia mãda p(er) q(ue) de

linha 2

pos mia morte mia molier e me(us) filios e meu reino e me(us) uassalos e todas aq(ue)las cousas q(ue) De(us) mi deu en poder sten en paz e en folgãcia. P(ri)meiram(en)te mãdo q(ue) meu filio infante don Sancho q(ue) ei da raina dona Orraca agia meu reino enteg(ra)m(en)te e en paz.

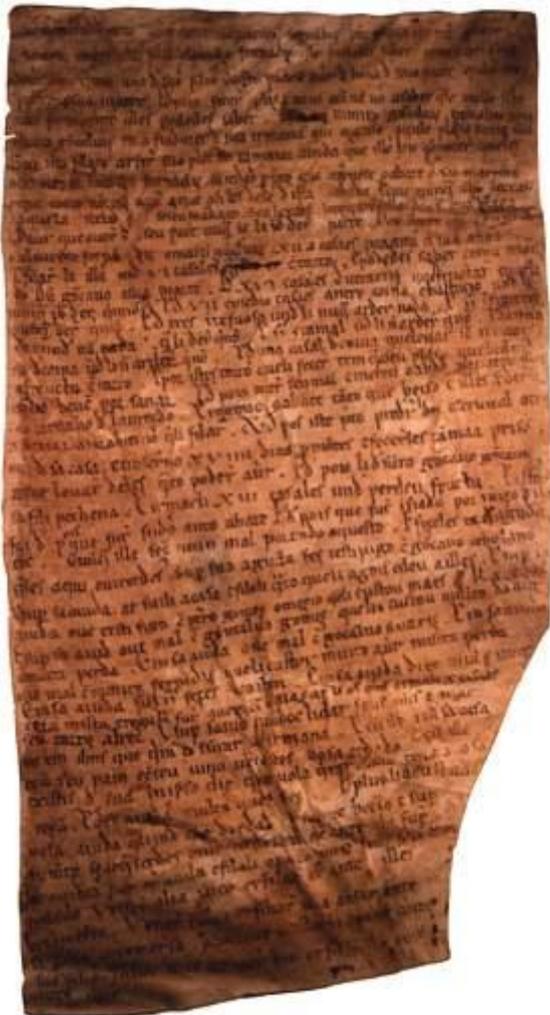
E ssi este for

linha 3

morto sen semmel, o maior filio q(ue) ouuer da raina dona Orraca agia o reino entegram(en)te e en paz. E ssi filio barõ nõ ouuermos, a maior filia q(ue) ouuermos agia'o ...

In, IAN/TT

### 3. Noticia de Torto, 1211-1216, c. 1214



**1211-1216, c.1214(?)**

Notícia de Torto – Notícia das malfeitorias de que foi injustamente vítima Lourenço Fernandes da Cunha.

**linha 1**

D[e] noticia d(e) torto que fecer(ũ) a laurêci(us)  
fernãdiz por plazo que fec(e) gôcauo

**linha 2**

ramiriz antre suos filios e lourêco fernãdiz q(ua)le  
podedes saber: e oue au(e)r d(e) erd[ade]

**linha 3**

e d au(e)r tâto q(uo)me uno d(e) suos filios d  
aq(uã)to podesê au(e)r de bona d(e) seuo pater; e  
fio li os seu

**linha 4**

pater e sua mater. E d(e)pois fecer(ũ) plazo nouo e  
côuê uos a saber q(ua)le: in ille seem

In, IAN/TT

4. Em 1671, João Franco Barreto, publicava a *Ortografia da Língua Portuguesa*



